

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001089-70.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**  
 Impetrante: **Associação Corpo e Alma**  
 Impetrado: **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ASSOCIAÇÃO CORPO E ALMA impetra mandado de segurança contra o PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO em funcionamento na Câmara Municipal. Sustenta que (a) a comissão foi criada para a investigação de fatos que não são determinados, violando-se o art. 58, § 3º da Constituição, e art. 36 da Lei Orgânica, franqueando devassa generalizada nas atividades da impetrante (b) a comissão executa os trabalhos em desvio de finalidade, primeiro porque não apura a atuação dos órgãos governamentais envolvidos no ato supostamente ilegal, se não apenas a impetrante, pessoa jurídica de direito privado que não poderia ser o alvo exclusivo da investigação, segundo porque executa os trabalhos de modo direcionado, parcial, visitando-se previamente testemunhas, agindo, em síntese, com violação ao contraditório e ampla defesa, assim como à moralidade e impessoalidade. Sob tais fundamentos, pede liminarmente a suspensão dos trabalhos da CPI, e, ao final, a anulação.

A liminar foi denegada (fls. 42).

A autoridade impetrada prestou informações (fls. 53/69).

O Ministério Público apresentou parecer final (fls. 168//172).

É o relatório. Decido.

O *mandamus* deve ser denegado.

A comissão de inquérito somente pode ser criada para a apuração de fato determinado (art. 58, § 3º, Constituição Federal; art. 36, Lei Orgânica Municipal), e esse requisito foi atendido no caso em exame.

Com efeito, a comissão foi constituída pelo Decreto Legislativo nº 815 de 14 de Outubro de 2014 (fls. 74), cujo art. 1º delimita o objeto da investigação como sendo a "prestação de contas do Convênio nº 018/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal e a Associação Corpo e Alma".

Com todas as vênias e o merecido respeito à tese da impetrante, nada de indeterminado há nesse objeto. A comissão não investiga a atividade exercida pela impetrante em termos *globais*. Também não investiga a atividade da impetrante *ao longo de vários anos* ou por *tempo indeterminado*. Igualmente, não apura *toda a atividade* da impetrante oriunda de relações com o poder público. Ao contrário. Volta-se para a apuração da (i)legalidade e/ou (ir)regularidade de uma prestação de contas relativa a um convênio em particular, firmado entre a impetrante e a prefeitura municipal. O foco da atividade é bem restrito, e muito claramente delimitado. Como consequência, não se propicia - ao contrário do alegado - qualquer devassa generalizada, e permite à impetrante conhecer exatamente o que será investigado.

Quanto ao pedido de invalidação da investigação porque os trabalhos de apuração estariam sendo executados em desvio de finalidade, não deve ser acolhido.

Sustenta a impetrante que a comissão de inquérito deveria investigar não apenas a sua atuação, mas também a atuação dos órgãos do poder executivo no âmbito do convênio. Argumenta ainda que a investigação está sendo direcionada, com o intuito de prejudicá-la, não agindo a comissão em conformidade com os princípios da moralidade, da impessoalidade e do contraditório e ampla defesa.

A tese não favorece à impetrante neste mandado de segurança, por duas razões.

A primeira: de tais argumentos não decorre, logicamente, segundo o nosso direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

positivo, o pedido. Quer dizer: a impetrante volta-se contra algumas condutas específicas que, no seu entender, indicariam que a comissão estaria sendo tendenciosa na investigação. Reporto-me à inicial. Todavia, caber-lhe-ia, nesse caso, postular a correção de rumos de modo a suprir/corrigir/anular especificamente as irregularidades porventura existentes (postulando, *por exemplo*, que também fosse investigada a conduta dos órgãos públicos, ou que fossem desentranhados os depoimentos das testemunhas dolosamente escolhidas, ou que fosse afastado da comissão algum membro específico considerado impedido ou suspeito segundo a legislação, etc.), mas não a invalidação de todo o procedimento conduzido pela comissão, que não padece de vício legalmente previsto como ensejador dessa sanção jurídica. A desproporcionalidade entre os vícios alegados e a providência judicial pretendida é flagrante, mais ainda se considerarmos que estamos tratando do exercício, pelo Poder Legislativo, mandatário da soberania popular, de função que lhe é inerente, qual seja, a fiscalização do manejo escorreito dos recursos públicos (por entidade privada que os recebeu).

A segunda: não se comprovou o desvio de finalidade.

Quando a lei alude a direito líquido e certo, lembra-nos HELY LOPES MEIRELLES, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido e nem certo (Mandado de Segurança, pág. 35, Ed. Malheiros, 20.<sup>a</sup> ed., 1998).

Quanto ao caso específico, não se comprovou o desvio de finalidade alegado.

As informações prestadas pela autoridade coatora, assim como os documentos que a instruem, mostram a relevância do fato em investigação e que estaria sendo conduzida esta de modo adequado. O que emerge dos documentos é exercício, pela comissão, de seus poderes legalmente atribuídos, sem violar direito da impetrante.

O desvio de finalidade deveria estar bem demonstrado pelas provas, não se admitindo presunções. Mesmo porque o Poder Judiciário deve conter-se em seu controle da atuação da comissão parlamentar, evitando assim indevida ingerência em atividade do Poder Legislativo, ferindo-se a separação de poderes.

Tenha-se em conta, a propósito, que não cabe ao Poder Judiciário dirigir a investigação, obrigando o órgão legislativo a investigar dessa ou daquela maneira, sob pena de substituir-se abusivamente a este. Há uma boa margem de discrição outorgada pelo ordenamento jurídico à casa legislativa, seja no que concerne à escolha do objeto a ser investigado, seja no que diz respeito ao modo de condução (por exemplo: definição das prioridades) da investigação, e o Poder Judiciário somente exerce controle de legalidade, respeitando direitos individuais daqueles que estão sendo investigados, sendo que, no caso específico, não se vê ofensa a qualquer direito dessa natureza.

Também não se deve ignorar que a fiscalização pode perfeitamente recair sobre entidade privada, caso esta tenha agido no manejo de recursos públicos, hipótese vertente.

Por fim, cumpre ressaltar, como mencionado pelo Ministério Público em seu parecer final pela denegação da ordem, que a comissão de inquérito constitui atividade meramente investigativa, sem poderes sancionatórios. O simples investigar não implica punição ou condenação, de modo que não ofende direitos da impetrante.

Ante o exposto, **DENEGO** o mandado de segurança.

Sem condenação em honorários, no *writ*.

P.R.I.

São Carlos, 08 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**